



Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Declaração**

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 02.176.635/0001-70  
Razão Social: PLANET GRAF COMERCIO E IMPRESSAO DE PAPEL LTDA  
Nome Fantasia: PLANET GRAF - GRAFICA EDITORA  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 08/03/2021

**Ocorrências e Impedimentos**

Ocorrência: Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

**Níveis cadastrados:**

**I - Credenciamento**

**II - Habilitação Jurídica**

**III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal**

Receita Federal e PGFN	Validade:	27/09/2020
FGTS	Validade:	08/07/2020
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	26/09/2020

**IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal**

Receita Estadual/Distrital	Validade:	30/04/2020
Receita Municipal	Validade:	29/06/2020

**VI - Qualificação Econômico-Financeira**

Validade: 31/05/2020



Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar**

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 02.176.635/0001-70  
Razão Social: PLANET GRAF COMERCIO E IMPRESSAO DE PAPEL LTDA  
Nome Fantasia: PLANET GRAF - GRAFICA EDITORA  
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor.





# Alteração e Consolidação do Contrato Social

## PLANET GRAF COMERCIO E IMPRESSÃO DE PAPEL LTDA. ME

CNPJ/MF: 02.176.635/0001-70

Que fazem entre si:

**DANIEL FRANCESCHI SILVA**, brasileiro, natural de São Jerônimo, casado em regime de Comunhão total de bens, data de nascimento 27/04/1975, empresário, residente e domiciliada a Av. Copacabana, 255 - Casa 26, , Bairro Tristeza, cep. 91.900-050, Porto Alegre / RS, cadastrada no CPF/MF sob o nº 663.442.470-53 e Cédula de Identidade nº 4054540572, expedida pela SSP/RS, e;

**FERNANDA LAGO LOPES**, brasileira, natural de São Jerônimo / RS, casada em regime de Comunhão total de bens, data de nascimento 14/10/1975, empresária, residente e domiciliada a Av. Copacabana, 255 - Casa 26, , Bairro Tristeza, cep. 91.900-050, Porto Alegre / RS, cadastrada no CPF/MF sob o nº 785.176.720-20 e Cédula de Identidade nº 2046154635, expedida pela SSP/RS, e;

**ÚNICO** sócios da sociedade empresária limitada, que gira sob a razão social de **PLANET GRAF COMERCIO E IMPRESSÃO DE PAPEL LTDA. ME**, com sua sede estabelecida na Avenida Plácido Mottin, n. 597 - Loja 02, Bairro Santa Cecília, Cep. 94.475-500, Viamão / RS, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº **02.176.635/0001-70**, com Contrato Social arquivado na Junta comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob nº 43.203.615.188; **RESOLVEM**, de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar e consolidar seus atos societários pelas cláusulas e condições seguintes:

### 1. SEDE:

1.1. A Sociedade passa a ter sua sede e foro jurídico na Cidade de Porto Alegre / RS à Rua Conde de Porto Alegre, n.º 200, Bairro Floresta, Cep: 90220-210.

### 2 - DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. A Sociedade exerce suas atividades conforme tipo jurídico de Sociedade Empresaria Limitada.

2.2 A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores a um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediária, poderão ser distribuídos mensalmente aos sócios cotistas, a título de Antecipação de Lucros, proporcionalmente às cotas de capital social.

### 3 - DA CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

3.1. Verificadas as alterações havidas no contrato social e suas posteriores alterações, de comum e pleno acordo, os sócios resolvem **CONSOLIDAR** o Contrato Social da Sociedade Limitada, passando a sociedade a reger-se unicamente pelas disposições a seguir, excluídas quaisquer outras anteriores.



CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

**PLANET GRAF COMERCIO E IMPRESSÃO DE PAPEL LTDA. ME**

**CNPJ/MF: 02.176.635/0001-70**

Os signatários:

**DANIEL FRANCESCHI SILVA**, brasileiro, natural de São Jerônimo, casado em regime de Comunhão total de bens, data de nascimento 27/04/1975, empresário, residente e domiciliada a Av. Copacabana, 255 - Casa 26, , Bairro Tristeza, cep. 91.900-050, Porto Alegre / RS, cadastrada no CPF/MF sob o nº 663.442.470-53 e Cédula de Identidade nº 4054540572, expedida pela SSP/RS, e;

**FERNANDA LAGO LOPES**, brasileira, natural de São Jerônimo / RS, casada em regime de Comunhão total de bens, data de nascimento 14/10/1975, empresária, residente e domiciliada a Av. Copacabana, 255 - Casa 26, , Bairro Tristeza, cep. 91.900-050, Porto Alegre / RS, cadastrada no CPF/MF sob o nº 785.176.720-20 e Cédula de Identidade nº 2046154635, expedida pela SSP/RS, e;

**I - DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO SOCIAL.**

**Artigo 1º.** A Sociedade gira sob a razão social de **PLANET GRAF COMERCIO E IMPRESSÃO DE PAPEL LTDA. ME**

**Artigo 2º.** A Sociedade adotará como Nome Fantasia a denominação **PLANET GRAF – GRÁFICA E EDITORA.**

**Artigo 3º.** A Sociedade terá sua sede e foro jurídico na cidade de Porto Alegre / RS, na Rua Conde de Porto Alegre, nº 200, Bairro Floresta, Cep. 90220-210.

**Artigo 4º.** A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais ou outras dependências, no País ou no Exterior, atribuindo-lhe, ou não, capital autônomo para fins fiscais, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**Artigo 5º.** A sociedade poderá ter participações em outras empresas, ou a elas se associar, ficando a critério dos sócios que representam a maioria do capital social.

**Artigo 6º.** O prazo de duração da sociedade e por tempo indeterminado.

**Artigo 7º.** A sociedade tem os seguintes objetos sociais:

- A) Comércio e indústria gráfica, editora e serviços de impressão;
- B) Prestação de serviços em artes gráficas, digitalização em editoração e computação gráfica;
- C) Prestação de Serviços de edição e impressão de jornais, livros, periódicos, publicações e produtos gráficos em geral;
- D) Comércio varejista, atacadista e importação de artigos de papel e material gráfico, escritório e de papelaria, máquinas e equipamentos de escritório, informática, comunicação e para uso industrial;
- E) Manutenção e locação de máquinas e equipamentos de informática e indústria gráfica;





**Artigo 8º.** A Sociedade exercerá suas atividades conforme o tipo jurídico de Sociedade Empresária Limitada.

## II - CAPITAL SOCIAL E RESPONSABILIDADE DOS SOCIOS

**Artigo 9º.** O Capital Social é de **R\$ 30.000,00** (trinta mil reais), representado por 30.000 cotas de capital no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizada neste ato, em moeda corrente nacional, com a seguinte distribuição:

**DANIEL FRANCESCHI SILVA**.....50%.....**R\$ 15.000,00**  
(quinze mil reais).  
(quinze mil cotas de capital).

**FERNANDA LOPES LAGO**.....50%.....**R\$ 15.000,00**  
(quinze mil reais).  
(quinze mil cotas de capital).

**Parágrafo Único** - A responsabilidade de cada sócio será restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**Artigo 10º.** As cotas de capital social de cada sócio não poderá ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem prévio consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado o direito de preferência para a sua aquisição, Cumprindo-se o que dispõe o capítulo a "Cessão".

## III - ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 11º.** A administração da Sociedade será exercida por prazo indeterminado, em **conjunto** ou **isoladamente** pelos sócios **DANIEL FRANCESCHI SILVA** e **FERNANDA LOPES LAGO**, competindo-lhes a prática de todos os atos gestivos e administrativos, representando-a ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente e vedado o seu uso em abonos, avais, fianças ou outras obrigações de mero favor ou estranhas aos interesses sociais em nome da sociedade.

**Artigo 12º.** Os **Administradores** poderão constituir procuradores para representarem a sociedade.

**Artigo 13º.** Os Sócios, quando no exercício dessa função, terão direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, na importância que for estabelecida de comum acordo entre os cotistas.

**Parágrafo Único** – O Administrador poderá abdicar de seu pró-labore, devendo, se assim o fizerem, comunicar por escrito esta sociedade.

**Artigo 14º.** Fica permitido à sociedade ser gerida por administradores não sócios, devendo, quando o caso de sua designação, posse ou destituição, ser obedecido o que a respeito dispõe este contrato e os Artigos 1060 a 1065 da Lei 10.406/02.

**Artigo 15º.** A Sociedade será representada pela maioria do capital social, para alienações ou aquisições a qualquer título de bens imóveis ou moveis, arrendamentos, aceitar mútuos, e constituir quaisquer direitos reais de garantia, nomeadamente hipotecas e poderes sobre bens integrantes do patrimônio social.

## IV - EXERCÍCIOS SOCIAIS

**Artigo 16º.** A sociedade teve início de suas atividades em 16 de setembro de 1.997.

**Artigo 17º.** Os exercícios sociais encerram-se em 31 de dezembro.

**Artigo 18º.** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

*R*

**Artigo 19°.** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

**Artigo 20°.** Os lucros do exercício social, depois de feitas as depreciações previstas em lei, serão distribuídos aos sócios na sua exata participação social, ou terão a destinação que lhe for dada pelos mesmos na reunião ordinária anual, podendo, inclusive, serem destinados à formação de reservas.

**Artigo 21°.** Se no exercício social houver prejuízos, estes permanecerão lançados em conta própria para amortização em exercícios futuros, sendo suportados pelos sócios na sua exata participação social.

**Artigo 22°.** A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores a um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediária, poderão ser distribuídos mensalmente aos sócios cotistas, a título de Antecipação de Lucros, proporcionalmente às cotas de capital de cada um

## **V - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS**

**Artigo 23°.** O sócio que pretender transferir suas cotas de capital ou parte delas devera comunicar com antecedência de noventa (90) dias, por escrito, aos sócios remanescentes, a fim de este deliberar sobre a aquisição.

**Artigo 24°.** Findo o prazo estabelecido na clausula anterior, e não havendo manifestação dos sócios remanescentes, a cessão poderá ser livremente efetuada sem quaisquer restrições.

**Artigo 25°.** As cotas oferecidas, quando pretendidas por mais de um cotista, serão distribuídas entre os pretendentes, proporcionalmente ao capital de cada um, e o preço em caso algum poderá ser superior ao subscrito.

**Artigo 26°.** Não havendo pretendentes as cotas oferecidas, a sociedade poderá adquiri-las, desde que a sua contabilidade mantenha reservas de igual ou superior importância.

**Artigo 27°.** Até dois anos depois de arquivada a modificação do contrato na Junta Comercial, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.

## **VI - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE**

**Artigo 28°.** A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei.

**Artigo 29°.** O falecimento, interdição, inabilidade ou outro evento que ocorrer em relação a qualquer dos cotistas não dissolverá a sociedade, continuara com seus herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse, apurar-se ao os haveres em balanço geral, que será levantado conforme legislação vigente.

**Artigo 30°.** O cotista que denunciar a sociedade for declarado insolvente, ou tornar-se inconveniente ao normal andamento dos negócios, poderá ser excluído por deliberação da maioria do capital social.

**Artigo 31°.** Poderá ocorrer a exclusão por justa causa de sócios nos casos admitidos em Lei, conforme art. 1.085 da Lei nº 10.406/2002, observados os procedimentos definidos no Parágrafo Único do mesmo dispositivo legal.

**Artigo 32°.** A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado, em tempo hábil, para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

**Artigo 33°.** O cotista excluído receberá o reembolso de suas cotas de capital em seis (6) parcelas semestrais, iguais e consecutivas, calculadas com base no último balanço geral encerrado pela sociedade. As parcelas serão acrescidas de juros legais e atualizadas pelo índice oficial que reflita a

9



inflação do período.

**Artigo 34°.** Na hipótese de transcorridos mais de cento e vinte (120) dias do encerramento do balanço, será procedido um balanço extraordinário, no mês em que tiver ocorrido a exclusão, para fins de apuração de valor, sendo o mesmo procedido de acordo com as normas contábeis e riscos aplicáveis à espécie.

## VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

**Artigo 35°.** Serão válidas e produzirão os mais amplos efeitos jurídicos, todas e quaisquer deliberações, previstas ou não no presente contrato social, inclusive as alterações contratuais e a transformação do tipo jurídico, em conformidade com a legislação vigente.

**Artigo 36°.** Os Sócios declaram sob as penas da Lei que não estão incurso, em qualquer dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis.

**Artigo 37°.** O (s) Administrador (es) declara (m), sob as penas da lei, de que não está (ao) impedido (s) de exercer (em) a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**Artigo 38°.** Os sócios não respondem, subsidiariamente, pelas obrigações sociais e é ineficaz em relação a terceiros quaisquer pactos separados, contrários ao disposto neste instrumento social.

**Artigo 39°.** As deliberações dos sócios, de acordo com o disposto no art. 1.072 da Lei nº 10.406/2002 serão tomadas sempre em Reunião, dispensadas as formalidades de convocação por publicação, contidas no art. 1.152 da mesma Lei.

**Artigo 40°.** Os casos omissos no Contrato Social e suas alterações serão regulados de acordo com as disposições da Lei 10.406/2002 aplicáveis a sua espécie, adotando-se supletivamente a Lei 6404/76 (Lei das S.A.).


E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento particular de Consolidação de Contrato Social em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas também firmadas.


Porto Alegre, 15 de Janeiro de 2009.

  
DANIEL FRANCESCHI SILVA

  
FERNANDA LAGO LOPES

TESTEMUNHAS:

  
Milena de Paula  
CI 1079307458, SJS/RS.  
CPF 981410230-04

  
Roberta Scheffer Soares  
CI 9079993367, SJS/RS.  
CPF 006.138.900-51

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICO O REGISTRO EM: 30/01/2009 SOB Nº: 3069331

Protocolo: 09/023114-7, DE 19/01/2009

Empresa: 43 2 0361518 8  
PLANET GRAF COMERCIO E  
IMPRESSÃO DE PAPEL LTDA

  
Sérgio Jose Dutra Kruel  
SECRETÁRIO-GERAL





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
02.176.635/0001-70  
MATRIZ

### COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
16/09/1997

NOME EMPRESARIAL  
PLANET GRAF COMERCIO E IMPRESSAO DE PAPEL LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
PLANET GRAF - GRAFICA EDITORA

PORTE  
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
18.13-0-99 - Impressão de material para outros usos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO  
R CONDE DE PORTO ALEGRE

NÚMERO  
200

COMPLEMENTO  
\*\*\*\*\*

CEP  
90.220-210

BAIRRO/DISTRITO  
FLORESTA

MUNICÍPIO  
PORTO ALEGRE

UF  
RS

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE  
(51) 3224-4446

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

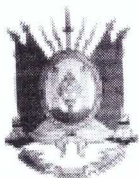
SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 15/01/2020 às 13:19:58 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PODER JUDICIÁRIO**

**CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA**

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é expedida a presente certidão por não constar distribuição de ação falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial em tramitação contra a seguinte parte interessada:

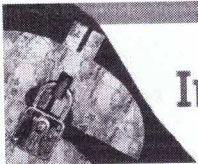
**PLANET GRAF COMERCIO E IMPRESSAO DE PAPEL LTDA**, CNPJ 02176635000170,  
Endereço - RUA CONDE DE PORTO ALEGRE, 200, FLORESTA.

5 de Março de 2020, às 14:22:52

**OBSERVAÇÕES:**

A aceitação desta certidão está condicionada à conferência dos dados da parte interessada contra aqueles constantes no seu documento de identificação, bem como à verificação de sua validade no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul na Internet, endereço <http://www.tjrs.jus.br>, menu Serviços > Alvará de Folha Corrida / Certidões Judiciais, informando o seguinte código de controle: **4bcf874185b674738f32d69fbc16814c**





# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (23/04/2020 às 09:27) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 02.176.635/0001-70.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5EA1.89A2.4148.4834 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)

ROS APLICADOS:

Busca livre: 02176635000170

LIMPAR

Data da consulta: 23/04/2020 10:20:10

Data da última atualização: 22/04/2020 18:00:10

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
----------	------------------------	--------------------	------------------	-----------------------------	----------------	------------------------------	------------

Nenhum registro encontrado